

Saúde: direito de todos, dever do Estado

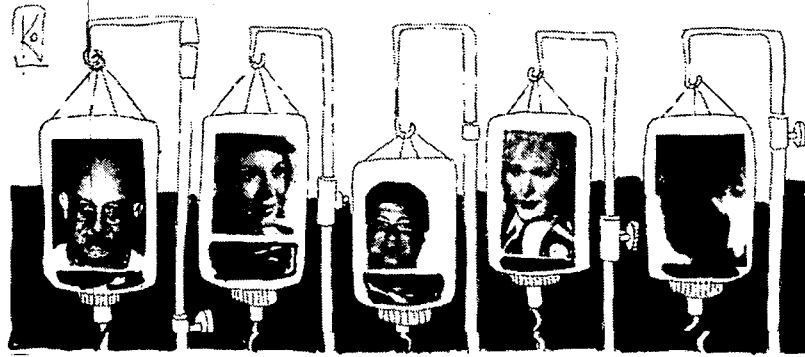
Aluizio da Costa e Silva

Com o advento da "Nova República", a sociedade civil, outra silenciosa e dispersa, emergiu como entidade pluralista, crescentemente organizada e consciente da cidadania e das obrigações do Estado perante o contribuinte. No setor de saúde houve adesão unânime aos conceitos de "Democratização da Saúde", "Saúde para todos" e "Saúde, obrigação do Estado".

Esse desejo coletivo, entretanto, frustrou-se diante da ausência de uma resposta rápida e efetiva da burocracia instalada no setor, não obstante as múltiplas e variadas pressões de demanda, nomeadamente aquelas reclamadas pelas grandes corporações e pelos segmentos representativos da sociedade.

As forças vivas que clamam por assistência médica têm magnitude elevada, perfil heterogêneo e singularidades oriundas de diferentes condições sócio-econômicas e culturais. A realidade aí está. No Brasil, registra-se elevado número de acidentes de trabalho que poderiam ser evitados; há problemas provocados pelas chamadas causas externas (acidentes de tráfego, homicídios, acidentes com crianças, entre outros); uma infinidade de doenças infecto-parasitárias e materno-infantis; as doenças ocupacionais e aquelas classificadas como doenças crônicas-degenerativas, principalmente câncer e doenças vasculares arterioscleróticas.

Entre os mais expressivos atores do cenário de pressão sobre o sistema de saúde, em qualidade e quantidade de serviços, destacamos a população idosa. Em número progressivamente crescente, prevê-se que esse grupo venha ocupar espaço da ordem de 38% da massa populacional a partir do ano 2000. É importante notar que os idosos costumam requerer medicina de alto custo e procuram os serviços de saúde, aproximadamente, sete vezes mais frequentemente que os jovens e



os de idade intermediária.

De grande expressão é a demanda exercida pelos profissionais de saúde, que somam hoje, aproximadamente, 170 mil médicos, 100 mil odontólogos, 45 mil enfermeiras, 40 mil farmacêuticos, 72 mil psicólogos, 12 mil nutricionistas e 120 mil técnicos e auxiliares de enfermagem. Esse contingente de 550 mil indivíduos idealiza condições técnicas e materiais de trabalho, constituindo corporação com razoável grau de organização civil. Age consorciadamente às necessidades residuais mínimas para o funcionamento da rede física de saúde que, a despeito da década recessiva, se expandiu celeremente nos âmbitos público e privado; mesmo porque doença tornou-se mercadoria em continuada expansão em gravidade e quantidade, acentuada pela pobreza, desemprego e educação inadequados.

Resta indicar ainda dois outros elementos que exercem forte influência no sistema de saúde em face de seu elevado prestígio técnico e econômico-social. Refiro-me à classe média que dispõe de seguro de saúde privado, pagando diretamente ou obtendo-se por meio de repartições públicas, estatais ou empresas privadas, e à geração pós-guerra — a chamada **baby boom generation**. Situado na faixa dos 20 aos 50 anos, este grupo ocupa hoje postos decisórios nos quadros do governo e da iniciativa privada, gerando decisões contemporâneas e prospectivas, ocasionalmente de natureza

egoística.

Outras forças importantes de pressão são as que se exercem por intermédio da elevada oferta de produtos e serviços resultantes do avanço tecnológico, como os exames laboratoriais, tecnologia de imagem, fármacos químicos ou obtidos por biotecnologia e biologia molecular e imunobiológicos. Tais elementos determinam dificuldades sobre o ponto de vista da administração econômico-financeira do setor. Essa realidade de acelerado processo de desenvolvimento tecnológico aumenta, de um lado, a eficiência nos tratamentos, mas, em contrapartida, onera significativamente a fonte pagadora.

Sendo a produção de tecnologia de ponta privilégio dos países centrais, tornamo-nos caudatários e dependentes crônicos dos avanços, de custos muito elevados e de difícil transferência do conhecimento para o Brasil.

O abismo que nos separa dos ricos agrava-se em virtude de investimentos insuficientes em ciência e tecnologia. Entre os desenvolvidos, ciência e tecnologia constituem atividade regular e permanente. Além disso, o setor também se beneficia das "sobras" dos conhecimentos adquiridos em outros campos de atividade tecnológica, conforme podemos observar, por exemplo, na grande utilização das descobertas do programa espacial dos Estados Unidos.

As pressões de demanda não indicam possibilidades de respos-

tas a curto e médios prazos. Entre os aspectos mais graves da crise da saúde estão a inexistência de políticas de capacitação de recursos humanos e gerência administrativa. Esses fatores são mais preocupantes ainda do que a escassez de recursos financeiros. O sistema de saúde necessitaria de algo semelhante ao que fez a Embrapa no formidável esforço de capacitação de pessoal. Na área de controle e administração, por exemplo, o sistema de saúde tem muito ainda a aprender. Em relação a planilhas de custo, em especial, revela-se incapaz de otimizar recursos, dificultando a gerência de seus próprios orçamentos e a fiscalização do setor privado. Curiosamente e com certa razão, reclama-se mais verbas, porém despreza-se a racionalização. Atente-se para o caso da nossa moderna capital federal. Aqui dispomos da melhor e talvez mais resolutiva rede pública de saúde do País, propiciada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF). Entretanto e lamentavelmente, podemos dizer que há um espetacular desperdício dos recursos destinados à saúde na cidade. Em Brasília, além da Fundação Hospitalar, grande número de órgãos públicos dispõe de serviços médicos próprios, de custo certamente elevado e eficiência discutível. E, além disso, tais instituições contratam a rede privada, multiplicando ainda mais as despesas com saúde, sem ampliá-la e melhorá-la, como convém.

Assim analisado, o quadro da saúde no nosso país expõe diagnóstico algo desalentador. Carecemos de otimismo e elevadas doses de determinação, esforço, tempo, competência política e recursos bem aplicados para mudar radicalmente os fatos e tornar vivo o preceito constitucional de que "Saúde é direito de todos e dever do Estado".

■ Aluizio da Costa e Silva é médico

CORREIO BRAZILIENSE 10 DE ABRIL DE 1994